

DPMG realiza reunião com a Vale e a AVABRUM para analisar aspectos relacionados à compensação por danos morais

O coordenador do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, defensor público Antônio Lopes de Carvalho Filho,

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



se reuniu com representantes da empresa Vale S/A e da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos de Brumadinho, AVABRUM.

O encontro aconteceu na sexta-feira (10/9), na sede da Defensoria Pública de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para analisar aspectos do Termo de Compromisso, viabilizado pela DPMG, em 2019, no que se referem ao dano moral por perda de familiar e abalo à saúde mental.

De acordo com o defensor público, após as explicações sobre o Termo de Compromisso, foi possível perceber a conscientização dos participantes de que em situações especiais, com causas distintas pode haver a cumulação entre dano moral por perda de familiar e abalo à saúde mental.

Audiência pública do CNJ sobre a barragem de Fundão, em Mariana, tem participação da Defensoria Pública de Minas

PÁGINA 5

Defensor público-geral de Minas Gerais participa de reunião com chefes dos Poderes e instituições autônomas do Estado

A situação do pagamento da dívida do Estado com a União foi a pauta da reunião

PÁGINA 2

DPMG e Judiciário Exponencial promovem 'Innovation Today' na sexta-feira (24/9)

Aberto ao público e gratuito, o evento aborda tecnologia e inovação no Sistema de Justiça. Especialistas da área e operadores do Direito dividem painéis, palestras e oficina

Na sexta-feira (24/9), a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior, e o Judiciário Exponencial realizarão o "Innovation Today", evento que tem o objetivo de capacitar e debater a aplicação da inovação e da tecnologia no Sistema de Justiça, com ênfase na Defensoria Pública.

A transmissão online ocorrerá no YouTube e terá início às 9 horas. Os interessados em participar podem fazer a inscrição de forma gratuita. As instruções de acesso serão fornecidas próximo ao início do evento.

[Saiba mais](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Institucional **PÁGINAS 2 e 3**
- > Mundo oficial **PÁGINAS 3, 4 e 5**
- > Ações em destaque **PÁGINAS 5, 6 e 7**
- > Inspirando novas atitudes • Na mídia **PÁGINA 7**
- > Escola Superior **PÁGINA 8**
- > Procedimentos e comunicados internos **PÁGINAS 9 e 10**

Expediente e atendimentos presenciais e remotos na DPMG

Veja aqui os canais de atendimento e as Resoluções Conjuntas 002, 006 e 007/2021

INSTITUCIONAL

Defensor público-geral de Minas Gerais participa de reunião com chefes dos Poderes e instituições autônomas do Estado

Foto: Riva Moreira/TJMG



O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, participou, na segunda-feira (13/9), de reunião com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e os demais chefes dos Poderes do Estado e instituições autônomas. O encontro aconteceu no Palácio da Liberdade, com a presença do presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Agostinho Patrus; do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Gilson Lemes; do presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Mauri Torres; do procurador-geral de Justiça de Minas, Jarbas Soares Júnior; do secretário de Estado de Governo, Igor Eto; e do advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa.

A situação do pagamento da dívida do Estado com a União foi a pauta da reunião.

Defensor público-geral de Minas recebe diretor-presidente da MGS

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu na quinta-feira (9/9) a visita institucional do diretor-presidente da Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (MGS), Marcelo Magalhães Rosa Isoni. O encontro foi realizado no gabinete da Defensoria-Geral com a presença do subdefensor público-geral, Nikolas Stefany Macedo Katopodis; e da assessora de Planejamento e Infraestrutura, defensora pública Giza Magalhães Gaudereto.

Pela MGS também participaram a gerente de negócios, Patrícia de Lima Machado; a diretora de Recursos Humanos, Lucianna Feres Bichara Peixoto Gomes; e o diretor de Operações e Serviços, Michel Lopes França Chaves.

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Na ocasião, foram tratados assuntos institucionais de interesse da Defensoria Pública de Minas.

Defensoria Pública de Minas e TCEMG debatem Lei Geral de Proteção de Dados

O assessor de Planejamento e Infraestrutura da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensor público Rafael

Foto: Hernando Garcia/TCEMG



de Freitas Cunha Lins, se reuniu com a encarregada de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no Tribunal de Contas mineiro (TCEMG), Rafaela Alvarenga. O encontro aconteceu no início de setembro, na sede do TCEMG e teve por objetivo conhecer a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Tribunal de Contas, buscando conhecimentos e experiências para aplicação na Defensoria Pública. A Corte de Contas mineira é reconhecida estadual e nacionalmente por estar avançada na garantia e proteção dos dados pessoais nos trabalhos desenvolvidos e executados na Casa.

A reunião contou com a participação do diretor de Compras e Contratos da DPMG, Henrique Castro Boaventura, e da assessora jurídica Priscila Newley Kopke.

Com informações do TCEMG

INSTITUCIONAL

DPMG integra gabinete para monitorar movimentações no 7 de setembro

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi uma das instituições que integrou o gabinete de crise, formado por forças de segurança e instituições de controle externo, para acompanhar as manifestações no dia 7 de setembro. Durante todo o dia, o assessor Institucional Wilson Hallak Rocha acompanhou diretamente do gabinete, instalado no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), na

Cidade Administrativa, as manifestações no estado.

Além disso, defensores públicos em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), permaneceram de plantão para fins de orientação e eventuais providências relacionadas ao exercício dos direitos de reunião e de livre manifestação do pensamento.

O gabinete integrado monitorou as movimentações do feriado em Belo Horizonte e em cerca de 150 municípios, sob a coordenação da Polícia Militar



MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública participa da abertura das atividades da Semana do MPMG

Fotos: Marcelo Sant'Anna/DPMG



O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou da cerimônia de abertura da Semana do Ministério Público.

A solenidade aconteceu na segunda-feira (13/9), na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Belo Horizonte. As comemorações celebram o Dia do Ministério Público (11 de setembro).

O procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, abriu a solenidade, que contou com descerramento de placa em homenagem à Assembleia Legislativa. O presidente da ALMG, Agostinho Patrus, foi o orador oficial.

Também participaram da cerimônia, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Gilson Soares Lemes; o secretário de Estado de Governo, Igor Eto Mascarenhas; além de deputados estaduais e outras autoridades.

A Semana do MPMG 2021 discutiu as relações entre as inovações tecnológicas, os desafios éticos e a necessidade de defesa da dignidade humana e dos direitos fundamentais, para a construção de uma sociedade menos injusta e mais humana.



Defensor público-geral Gério Patrocínio Soares (no alto, 2ª. posição no dispositivo de autoridades, à esquerda).

A chefe de gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, também participou da solenidade

MUNDO OFICIAL

DPMG participa de abertura da XVII Conferência Estadual da Advocacia

O defensor público-geral do Estado Gério Patrocínio Soares participou na terça-feira (14/9) da cerimônia de abertura da XVII Conferência Estadual da Advocacia, promovida pela OAB/MG, com apoio da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MG).

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



A solenidade foi presidida pelo presidente da OAB/MG, Raimundo Cândido Júnior, e pelo presidente da CAA/MG, Luís Cláudio da Silva Chaves. O evento contou com a participação do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e do governador Romeu Zema. Em seu discurso, o presidente do Senado informou que em breve colocará em discussão a criação do projeto de lei TRF-6 em Minas Gerais. No encontro, estiveram presentes também, conselheiros estaduais, dirigentes subseccionais, delegados CAA/MG e diretorias das comissões estaduais, que participaram do Encontro de Dirigentes do Sistema OAB e CAA/MG.

A conferência aconteceu entre os dias 14 e 16 de setembro, com a temática “Direito e Justiça, Advocacia e Cidadania”.

Com informações da OAB/Minas Gerais

Assembleia Legislativa de Minas realiza Reunião Especial em homenagem aos 40 anos da ADEPMG

Na quinta-feira (16/09), a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizou a Reunião Especial no Plenário em homenagem aos 40 anos da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEPMG). A solenidade, requerida pelo deputado estadual Dalmo Ribeiro, fecha as comemorações das quatro décadas de existência da Associação.

A sessão foi transmitida de forma remota e contou com poucos convidados presencialmente devido às restrições sanitárias causadas pela Covid-19.

Compuseram a mesa de honra o deputado estadual Dalmo Ribeiro, representando o presidente da ALMG, Agostinho Patrus; o subdefensor defensor público-geral, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, representando

o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares; o presidente da ADEPMG, Fernando Martelleto; o diretor vice-presidente jurídico-legislativo da ANADEP, Flávio Wandeck, representando a presidenta Rivana Ricarte; e a ex-presidente da ADEPMG e decana da Defensoria Pública de Minas Gerais, Maria Auxiliadora Viana Pinto.

A solenidade contou, ainda, com a presença do corregedor-geral da DPMG, Galeno Siqueira; da chefe de gabinete da Defensoria-Geral, Raquel Gomes de Souza da Costa Dias; do conselheiro do CSDPMG, Gustavo Francisco de Magalhães Santos; além de defensores públicos da Capital e do Interior, em atuação e aposentados, e do corpo diretivo da Associação.

A placa em homenagem aos 40 anos da ADEPMG foi entregue ao presidente da entidade, Fernando Martelleto, pelo deputado Dalmo Ribeiro



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas participa de audiência pública sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana

Iniciativa foi realizada pelo CNJ e Observatório Nacional para ouvir os atingidos pela tragédia e as instituições envolvidas nos processos

O subdefensor público-geral de Minas Gerais, Nikolas Stefany de Macedo Katopodis, participou, na sexta-feira (10/9), da primeira audiência pública virtual sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.

A iniciativa é uma realização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão.

O objetivo foi ouvir as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015, em Mariana, assim como as instituições de Justiça que atuam nos processos relacionados à tragédia, como o Superior Tribunal de Justiça, a Justiça Federal e o Ministério Público Federal e Estadual de Mi-

nas Gerais e do Espírito Santo, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, as Defensorias Públicas de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União, além das Advocacias-Gerais do Estado de Minas Gerais e da União.

Em sua fala, subdefensor público-geral Nikolas Katopodis falou sobre a missão constitucional da Defensoria Pública de atender aos mais vulneráveis, “que têm mais dificuldades no acesso, especialmente à informação e a respostas rápidas e justas”. “A Defensoria Pública vem ampliando espaços de escuta e participação pública, realizando reuniões nos territórios e dando especial atenção à saúde física e mental dos atingidos de Minas Gerais”, completou o subdefensor público-geral, destacando, ainda, a contribuição do Observatório Nacional em oferecer um espaço para acolhimento e escuta dos atores e das instituições envolvidas.

Nikolas Katopodis ressaltou que a DPMG está atuando em questões que envolvem os laudos técnicos, principalmente em temas ligados a saúde e acesso a água, garantindo que as informações cheguem aos atingidos de forma clara, segura e em tempo hábil, resguardando, assim as tomadas de decisões.

[Leia a matéria na íntegra](#)



MUNDO OFICIAL

Defensoria de Minas participa de homenagem aos 40 anos da mulher na PMMG

A assessora Institucional da Defensoria Pública-Geral do Estado e coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Samantha Vilarinho Mello Alves, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na solenidade comemorativa dos 40 anos de inclusão da mulher na PMMG. A celebração aconteceu no dia 3/9, na Academia de Polícia Militar. Durante a solenidade, foi entregue uma moeda comemorativa à policiais militares femininas homenageadas, além de colaboradores, parceiros da instituição e autoridades do Governo do Estado. A corporação também realizou diversas atividades, ao longo do ano, como forma de enaltecer a importância das policiais militares femininas no exercício das atividades.

Com informações da PMMG

Foto: Sgt. Ornelas/PMMG



A assessora Institucional, Samantha Vilarinho (à direita), durante as comemorações dos 40 anos da mulher na PMMG

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Minas participa de audiência pública tratar das condições do Presídio Jason Albergaria

Somente no ano de 2021, de janeiro até agora, a unidade prisional, voltada para a custódia de pessoas LGBTQIA+, registrou seis suicídios e 21 tentativas de autoexterminio

Em razão desse quadro de perdas consecutivas de vidas e agravos de saúde mental, os defensores públicos Paulo Cesar Azevedo de Almeida, da Câmara de Estudos de Igualdade Étnico-Racial, Gênero e Diversidade Sexual da Defensoria Pública de Minas Gerais, e Camila Sousa dos Reis Gomes, em atuação na Defensoria Pública de Execução Penal em Igarapé, participaram da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) na quarta-feira (11/9). A reunião foi convocada para tratar das condições da Penitenciária Jason Soares Albergaria, situada em São Joaquim de Bicas, atualmente destinada exclusivamente para pessoas LGBTQIA+, com destaque para a falta de cronograma para ações de melhorias na unidade e para discutir as deficiências no acesso à saúde.

Em julho, a DPMG ingressou com uma ação civil pública contra o Estado para que os problemas na unidade fossem resolvidos, e uma liminar judicial determinou medidas imediatas, como a instalação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no estabelecimento. Embora reconheça a importância das ações já adotadas pelo Poder Executivo, a defensora pública Camila Gomes, uma das autoras da ACP, disse que essas ações não foram suficientes, já que outras tentativas foram registradas em agosto.

De acordo com o defensor público Paulo César de Almeida, o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que pessoas transexuais presas devem ter o direito de escolher cumprir a pena em unidade que esteja em conformidade com a sua identidade de gênero.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Foto: Willian Dias/ALMG



Na mesa, a deputada Andréia de Jesus e a vice-presidente da Comissão Estadual de Diversidade Sexual e Gênero da OAB-MG, Emilia Viriato. No destaque, a defensora pública Camila Sousa dos Reis Gomes e o defensor público Paulo Cesar Azevedo de Almeida

Superlotação de penitenciária de segurança máxima em Francisco Sá

O defensor público estadual João Victor Santos Muruci, em atuação na comarca de Francisco Sá, participou, como *custos vulnerabilis* (em interesse dos vulneráveis), da audiência pública, realizada no dia 2 de setembro, sobre violações de direitos na Penitenciária de

Segurança Máxima de Francisco Sá I, na região Norte do estado. Foram debatidos, entre outros temas, a superlotação carcerária e a ausência de preenchimento dos cargos do corpo técnico de profissionais, notadamente de saúde básica, da unidade prisional, objetos de três ações civis públicas em trâmite na comarca.

Em sua manifestação inicial, o defensor destacou o indeferimento dos pedidos, feitos pela DPMG, para o cadastro e participação virtual dos familiares dos reclusos na Penitenciária de Francisco Sá. Apresentou documentos colhidos durante a atuação, como listas de sentenciados com problemas de saúde, odontológico, psicológico e psiquiátrico, não fornecimento de remédios necessários, assim como a ausência de oportunidades de trabalho para fins de remissão da pena na unidade.

[Leia a matéria na íntegra](#)



AÇÕES DE DESTAQUE

Defensoras e defensores públicos visitam Apac Feminina de BH

A defensora pública estadual e conselheira da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), Ana Paula Carvalho Starling Braga – em atuação na Defensoria de Execuções Penais em Belo Horizonte – visi-



itou, na manhã da quarta-feira (15/09), a Apac Feminina da capital mineira.

Com ela, estiveram presentes também outros seis defensores públicos, empossados no último mês de agosto. São eles: Nayara Soares Guerra Mozart, Victor Matthaus Moreira Silva Cunha, Mayara Lima Rocha Macedo, Rodrigo Santos Valle, Ana Beatriz Meirelles de Miranda e Ana Elisa de Carvalho Fernandes Matos dos Santos.

O encontro, que aconteceu com o intuito de apresentar aos novos defensores públicos a metodologia das Apac's, contou com a participação do juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) e presidente da FBAC, Luiz Carlos Rezende e Santos; da estagiária de pós-graduação da DPMG, Juliara Arantes Avelar, e do presidente da Apac Feminina, Marcelo Costa.

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

DPMG participa de seminário sobre autismo em Pedro Leopoldo

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi uma das instituições que participaram do 1º Seminário “Autismo, Presente, Futuro”, promovido pela Câmara Municipal de Pedro Leopoldo.

O evento aconteceu no dia 9 de setembro a requerimento do vereador Fred Piau, e teve como objetivo tratar da construção de políticas públicas em prol da pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Pela DPMG participaram os defensores públicos Manoel Luiz Ferreira, em atuação na comarca, e Luis

Renato Braga Arêas Pinheiro, que é coordenador adjunto da Comissão Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep). Luis Renato é também gestor do projeto “Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção”, iniciativa extrajudicial da Defensoria mineira, que busca agregar em uma atuação mais ampla a estruturação da rede de proteção das pessoas com deficiência entre as instituições do Sistema de Justiça e outras instituições públicas ou privadas.

Durante o seminário, Luis Renato falou sobre alguns direitos da pessoa com autismo e compartilhou um pouco sua experiência pessoal como pai de uma criança autista.

O seminário está disponível no Facebook da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo.

[Clique para ver.](#)



Defensores públicos Manoel Luiz Ferreira e Luis Renato Arêas

NA MÍDIA

Defensorias de Minas e do Paraná promovem congresso sobre acesso à Justiça

[Portal CNJ](#)

Defensorias de Minas e do Paraná promovem I Congresso Interdefensorias de Acesso à Justiça

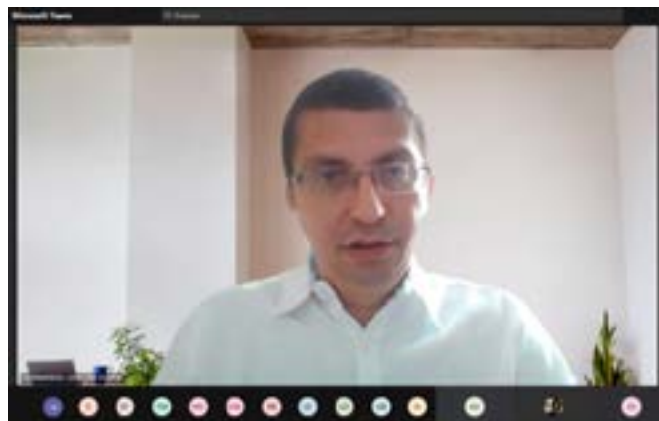
[Portal Cidade Conecta](#)

ESCOLA SUPERIOR

Povos indígenas foi o tema do 3º encontro do minicurso ‘Sistema Prisional e Grupo de Hipervulneráveis’

Na sexta-feira (10/09) foi realizado o terceiro encontro do minicurso “Sistema Prisional e Grupo de Hipervulneráveis”. Desta vez, o palestrante foi o defensor público do Estado do Pará, mestre e doutorando em direitos humanos, Johny Fernandes Giffoni. No evento, ele debateu a respeito dos direitos e garantias de povos indígenas.

O defensor público ressaltou sobre as racionalidades jurídicas – liberal e emancipatória – a necessidade de compreensão à categoria “povos indígenas” e a diferença entre os direitos indigenista e indígena. Foi destaque também a distribuição dessa população no Brasil e os povos indígenas na Constituição.



ESDEP INFORMA

Prorrogado prazo para envio de artigos para revista da Defensoria Pública de São Paulo

A Escola da Defensoria Pública de São Paulo prorrogou o prazo para envio de artigos para o próximo número da Revista da DPESP, cujo dossiê temático será sobre o “Processo Penal Juvenil”. Prazo vai até 5/10.

[Saiba mais](#)

Governo de Minas Gerais firma parceria com escola de inglês e oferece benefício aos servidores do Estado

Por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), a parceria com a Higher Challenge disponibiliza aos servidores do Estado um benefício exclusivo no curso de Inglês.

[Saiba mais](#)

Site Empório do Direito disponibiliza espaço para divulgação de textos

O site Empório do Direito informa a disponibilização de espaço na coluna “Defensoria Pública e Sistema de Justiça” para publicação de textos. A ideia de franquear a coluna para o saber defensorial, surgiu com o objetivo de compartilhar os conhecimentos de defensoras e defensores públicos.

[Saiba mais](#)



PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA-GERAL

Resolução dispõe sobre oferta de vagas para remoção

A oferta é por meio do sistema dinâmico e as vagas previstas constam no Anexo I da resolução (link abaixo). Serão considerados os requerimentos apresentados **até as 12h do dia 27/9/2021**.

[Clique aqui para ler a Resolução nº 308/2021.](#)

Novos coordenadores Local e Substituto no DEUC

[Resolução nº 311/2021](#)

Alteração na Assessoria da Defensoria Pública-Geral

[Resolução nº 313/2021](#)

DPG/CGDPMG

Inspeção nos Centros de Reintegração Sociais das Apac's

[Recomendação Conjunta nº 001/2021](#)

COOPROC

'Mutirão Direito a Ter Pai 2021' – 9ª edição Orientações às unidades participantes

O Memorando Circular nº 7/2021 contém as orientações para defensoras e defensores públicos das unidades participantes que se inscreveram para a 9ª edição do Mutirão. Todos foram convidados por meio do Memo nº 6/2021, divulgado no Gerais e por e-mail no dia 13/9.

[Acesse aqui o Memo Circular nº 7/2021](#)

CRIMINAL

Consulta para cooperação voluntária e temporária no Mutirão do Júri na comarca de Belo Horizonte

Interessados em cooperarem voluntariamente no Mutirão do Júri, que será realizado em outubro de 2021, deverão solicitar inscrição **até as 23h59 de 21/9/2021**, por e-mail direcionado ao endereço criminal@defensoria.mg.def.br, especificando o processo para o qual está se inscrevendo.

[Resolução nº 310/2021](#)

Abertas as inscrições para o plantão de evento esportivo no mês de setembro de 2021

Interessados deverão se inscrever **até as 23h59 do dia 23 de setembro**, pelo e-mail planto.esportes@defensoria.mg.def.br. O sorteio será realizado no dia 24/9.

[Leia mais](#)

ESDEP INFORMA

Resultado do sorteio para capacitação sobre o Protocolo de Minnesota

As defensoras e defensores públicos contemplados no sorteio de 2 vagas para participar da "Capacitação sobre Pro-

toloco de Minnesota" foram Pedro Henrique Fernandes Antunes e Flávio Rodrigues Lélles; para suplentes, Lísia Cordeiro de Aquino Junqueira e Rodrigo Murad do Prado.

Contemplados no sorteio para o curso de Libras

[Veja aqui os contemplados](#)

Esdep sorteará vagas para curso de Oratória

Os interessados em concorrer a uma das vagas deverão enviar nome completo, telefone e comarca, **até às 14 horas, do dia 20 de setembro de 2021**, para o e-mail: sorteioscapitacao@defensoria.mg.def.br. O sorteio acontece na mesma data. O curso acontecerá nos dias 4 e 6 de outubro de 2021, das 9 às 11 horas, pela plataforma Zoom.

CDI/CÂMARAS DE ESTUDOS

CE de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial divulga decisão do CNJ sobre a ON nº 01/2020 do Nupemec

[Clique aqui para ler](#)

Câmara de Estudos de Tutela das Famílias convoca para aprovação de teses institucionais

Sexta-feira (24/9), às 8h30, via plataforma Teams.

[Clique para acessar](#)

CE de Execução Penal divulga informativo sobre jurisprudência do STJ de julho e agosto de 2021

[Clique aqui para acessar o documento.](#)

>> O informativo está disponível, de forma permanente, na intranet, no menu lateral esquerdo: COORD. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL > CÂMARAS DE ESTUDOS > EXECUÇÃO PENAL > INFORMATIVOS

FOLHA DE PAGAMENTOS

Mudança do banco oficial

O Estado de Minas Gerais fechou parceria com o Itaú para o processamento da folha de pagamentos. Para tanto, é necessário abrir conta para receber o salário.

Se já é correntista, basta vincular o CNPJ da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais: **05.599.094.0001-80**

O CNPJ deverá ser informado também no momento da abertura da conta junto ao banco Itaú.

Para mais informações sobre o processo de migração do salário, acesse página na intranet/Gerais pelo link abaixo, incluindo QR Code do aplicativo do banco para fazer o procedimento pelo celular e os passos para conhecer pacotes de tarifas disponíveis para isenção.

[Saiba mais](#)

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

COMUNICADOS SGPSO

Sobre regras de registro de frequência MGS

A SPGSO, unidade administrativa responsável pela gestão do Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre esta DPMG e a empresa pública MGS, solicita aos funcionários daquela empresa a estrita observância às regras de registro da frequência, conforme regulamento da empresa.

[Veja a nota na íntegra](#)

Orientações sobre solicitação de férias regulamentares

A SPGSO ressalta e solicita a todos os membros e servidores a observância ao disposto na Resolução nº 269/2019, que dispõe sobre o Sistema online de Gerenciamento de Férias regulamentares, pois todas as solicitações de férias regulamentares e créditos de férias devem ser solicitados exclusivamente no Sistema de Gerenciamento de Férias.

[Leia a nota na íntegra](#)

Nova atualização da pesquisa interna sobre vacinação contra Covid-19

Pesquisa deve ser respondida **até 30/09/2021** por todos, mesmo aqueles que já responderam, diante da necessidade de atualização dos dados.

[Acesse aqui e responda a pesquisa.](#)

FALECIMENTOS – NOTA DE PESAR

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com pesar, o falecimento, no dia 5 de setembro, do **defensor público aposentado Garfield Augusto Corrêa**, um dos pioneiros na Defensoria Pública na comarca de Formiga, atuando na comunidade até a sua aposentadoria. E também do **sr. João Miranda Silva, pai da defensora pública Christianne Kellen R. de Miranda Castro**, em atuação na Área Cível da Capita, no dia 13/9. Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.

Lei Geral de Proteção de Dados na Defensoria

Em vigor, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709) tem como objetivo a proteção de dados relativos a qualquer pessoa física que se encontre no território brasileiro, com impacto em nosso dia a dia.

Para informar e promover a conscientização sobre a LGPD e sua aplicação, uma série de *cards* de apresentação e dicas estão sendo divulgados periodicamente em canais internos da DPMG, como estes abaixo:



NÃO CASO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS, SE O TITULAR OU SEU RESPONSÁVEL NÃO DER O CONSENTIMENTO, EM QUE CASOS ELE PODE SER REALIZADO? ? **Parte 1**

Nas hipóteses em que for indispensável para:

- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador
- Exercício pela administração pública de funções públicas previstas em leis ou regulamentos

† Tais casos, deverá ser dada publicidade à referida disponibilidade de consentimento.

- Realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis
- Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral

OBS: Dado pessoal sensível refere-se a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural

NÃO CASO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS, SE O TITULAR OU SEU RESPONSÁVEL NÃO DER O CONSENTIMENTO, EM QUE CASOS ELE PODE SER REALIZADO? ? **Parte 2**

Nas hipóteses em que for indispensável para:

- Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro
- Tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias
- Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos e liberdades fundamentais do titular que exigem a proteção dos dados pessoais

OBS: Dado pessoal sensível refere-se a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural

OBS: Dado pessoal sensível refere-se a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural

O cidadão confia seus dados à Defensoria. Não deixe informações nas mãos de terceiros.

